NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 06/11/2013 - Edição 932

Congresso Nacional Extraordinário da CNTV – Leia, nos boletins dessa semana, as matérias sobre o Congresso. Parte III.

"Isso não é Projeto de Lei, isso é bandidagem", afirmou assessor jurídico do Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco, Dr. Fragoso, durante mesa de debate sobre terceirização

Projeto de Lei que regulamenta a terceirização de forma precárias recebe duras críticas durante o Congresso

Os problemas da terceirização precária proposta pelo Projeto de Lei 4330, de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), foram tema da mesa de debate "Terceirização e Precarização da mão-de-obra. O projeto de lei que regulamenta a terceirização". Coordenada pelo assessor jurídico da CNTV, Dr. Jonas Duarte, a mesa foi composta pelo secretário de imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo de Segurança Bancária, Ademir Wiederkehr; pelo assessor jurídico do Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco, Dr. Francisco Fragoso; e pelo assessor jurídico do Sindicato dos Vigilantes do Espírito Santo, Dr. Carlos Tavares.

Definido por todos os debatedores como "uma falta de vergonha na cara", o projeto foi justamente criticado por conter em seu texto diversas afrontas aos direitos dos trabalhadores, entre elas o "fundo calote". "Este projeto cria descaradamente o fundo calote. Permite que empresas fechem as portas e deixe os trabalhadores na mão. Tinha que criar um projeto que acabe com o calote, que garanta direito dos trabalhadores, e não esse absurdo que os empresários estão defendendo", destacou Ademir.

Para o Dr. Carlos Tavares o PL 4330 tem como principal objetivo acabar com a figura dos trabalhadores empregados e recriar os trabalhadores escravos, rasgando a Constituição e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). "Em minha opinião, o PL é inconstitucional e fere dispositivos constitucionais importantes. O principal deles é o do livre exercício profissional, pois a jurisprudência diz que pode haver terceirização, mas somente de atividade meio, e não de atividade fim como o que os empresários estão querendo", explicou.

"O que estão defendendo é que aumente a exploração; que acabem os concursos públicos; que os trabalhadores se matem de trabalhar sem que tenham nenhum direito. Isso não é Projeto de Lei, isso é bandidagem! Vamos nos unir ainda mais para não deixar que esses bandidos roubem o que conquistamos com sangue e suor!", afirmou, emocionado, Dr. Fragoso.

Fonte: CNTV

Vigilantes cruzam os braços no Hospital Azevedo Lima em Niterói por conta de salários atrasados

A manifestação continua nesta quarta-feira (6) e, caso nada se resolva, o sindicato deve fechar o acesso à ponte Rio-Niterói nesta quinta-feira (7)

Três unidades de Saúde do Estado do Rio de Janeiro localizadas nos municípios de Niterói e Itaboraí ficaram sem segurança nesta terça-feira (05) por causa de uma paralisação de cerca de 60 vigilantes que protestam contra os salários, tíquetes refeição e vales transporte atrasados desde o mês de agosto, além de férias não pagas. O Sindicato dos Vigilantes de Niterói já havia denunciado a empresa do Ministério Público do Trabalho (MPT) e, hoje, protocolou um pedido de mesa redonda urgente no MPT com a empresa Centauro, responsável pela vigilância nos órgãos de saúde do Estado, e a Secretaria de Estado da Saúde. Desde março deste ano a empresa Centauro tem praticado atrasados no pagamento dos proventos e benefícios dos vigilantes.

Está não é a primeira vez que os trabalhadores ficam prejudicados nos recebimentos de seus salários. Há alguns meses o sindicato vem tentando mediar o conflito, porém a empresa insiste em descumprir a Convenção Coletiva de Trabalho que ainda estabelece uma multa para a empresa que atrasar salários. Essa multa é revertida para o trabalhador. Para receber essas multas, o departamento jurídico do SVNIT vai propor uma ação na justiça por descumprimento da Convenção Coletiva exigindo o pagamento pela de todas as multas aplicadas nos casos em que houveram atrasos de salários na região de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Maricá.

Os vigilantes se concentraram junto com o Sindicato no Hospital Azevedo Lima, importante unidade da rede de saúde na cidade, onde buscou uma solução junto ao responsável pela Supervisão de Serviços da Secretaria de Saúde do Estado, Coronel Dutra, que alegou tomar conhecimento da paralisação dos vigilantes no momento em que foi realizado o contato. Dutra disse ainda que informaria seus superiores e também notificaria a empresa.

Foi-se apurado que o Estado também tem pendências com relação a pagamento de faturas à Centauro, o que não justifica os recorrentes atrasos nos salários e no depósito dos créditos para alimentação e transporte.

Diante da indefinição sobre a resolução do problema, os vigilantes decidiram permanecer paralisados até que todos os salários sejam quitados. Vale lembrar que, ainda esta semana, deve ser creditado também o salário referente ao mês de outubro.

“O que está acontecendo é uma falta de respeito muito grande da empresa de Segurança e do Contratante que é o Governo do Estado do Sr. Governador Sérgio Cabral com os trabalhadores. O vigilante é um ser humano e trabalha para sustentar a sua família. Não pode ser tratado como escravo. As contas vencem e os juros tomam todo o dinheiro dos trabalhadores por causa dos atrasos. Não importa de onde virá o dinheiro, mas o vigilante tem que receber o seu salário, por isso, estamos pedindo a mediação do MPT para que essa situação não continue”, afirma Cláudio Vigilante, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e região.

Nesta quarta-feira (6) os vigilantes permanecerão paralisados e, caso não haja resposta, interditaram o acesso à ponte Rio-Niterói nesta quinta-feira (7).

Fonte: SVNIT

Justiça do Trabalho determina retenção e bloqueio de valores da Força Alerta Segurança e Vigilância Patrimonial

A juíza do trabalho substituta Francisca Poliana Rocha de Sá deferiu o pedido de liminar proposto pelo Sindicato dos Vigilantes da Paraíba (Sindvig-PB) condenando bloqueio e retenção de R$671.353,71 e de quaisquer valores em poder do Ministério da Educação e da Universidade Federal da Paraíba e que seriam destinados à Força Alerta Segurança e Vigilância Patrimonial. O dinheiro será utilizado para realizar o pagamento das verbas rescisórias de trabalhadores que prestaram serviço para a empresa nestes órgãos.

A decisão é fruto do trabalho incansável realizado pelo Sindicato para defender os direitos dos trabalhadores. "O Sindicato vem trabalhando diuturnamente para garantir que os vigilantes do nosso Estado tenham condições dignas de trabalho e recebam aquilo que lhes é devido", assegurou o secretário geral do Sindicato, Acácio Cavalcante de Lima.

Fonte: CNTV

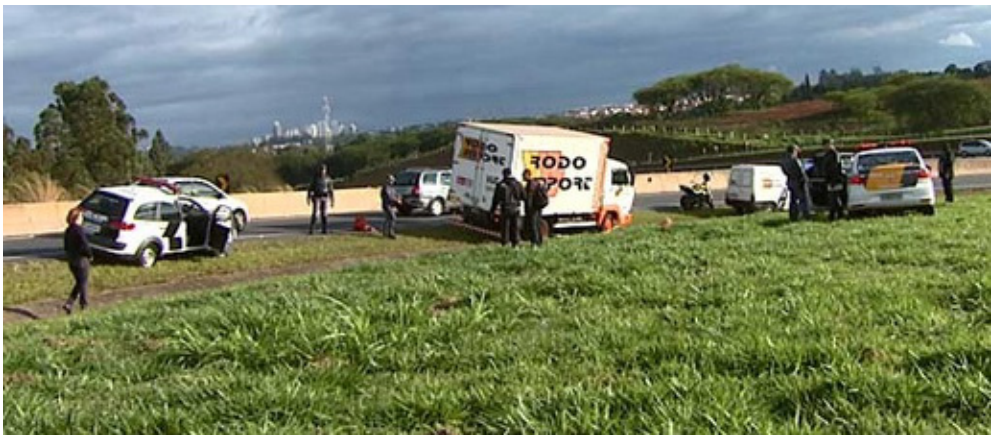
Juiz do trabalho determina bloqueio de contas para pagamento das verbas rescisórias dos vigilantes demitidos em Rondônia

O juiz do trabalho Jailson Duarte concedeu liminar para bloqueio e transferência de créditos, inclusive futuros, que a empresa Rocha de Segurança e Vigilância Ltda. possui junto ao Estado de Rondônia para garantir o pagamento das verbas rescisórias aos vigilantes demitidos em decorrência do cancelamento do contrato de vigilância.

A decisão é resultado de uma ação cautelar inominada interpelada pelo Sindicato dos Vigilantes de Rondônia contra a empresa para garantir que os trabalhadores não sejam lesados. O juiz estabeleceu o teto de R$ 10.646.335 (dez milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, trezentos e trinta e cinco reais), que devem ser utilizados exclusivamente para o pagamento das verbas rescisórias dos vigilantes.

Fonte: CNTV

Carga milionária é roubada no Anel Viário em Campinas (SP)



Quadrilha furtou caminhão que transportava produtos eletrônicos sob escolta

Uma carga milionária de aparelhos eletrônicos foi roubada na manhã desta terça-feira, 5, por uma quadrilha fortemente armada no Anel Viário Magalhães Teixeira, em Campinas.

Os assaltantes encapuzados renderam os vigilantes da escolta armada do caminhão que transportava a mercadoria.

Os vigilantes foram colocados no porta-malas de um carro enquanto outro grupo de assaltantes rendeu o motorista do caminhão que parou cerca 500 metros à frente. Os criminosos colocaram os aparelhos em um furgão e fugiram.

O crime aconteceu por volta das 6h próximo ao km 12 do anel viário. De acordo com a polícia, os seguranças foram libertados no Parque Jambeiro. O caminhão foi abandonado próximo ao acesso a Rodovia Anhanguera.

A mercadoria total está avaliada em R$ 1,4 milhão. Cerca de 40% dos produtos foram levados.

Fonte: Portal de Paulínia

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF